

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 11

BRASIL DE FATO - SP - GERAL
ANFIP

Governo e Congresso escolhem caminho mais difícil e menos efetivo para reforma tributária3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governadores querem "voto de qualidade" do Carf.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Marinho elege mínimo, aplicativos e reforma trabalhista como prioridades 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo deve juntar PEC 110 à 45 em projeto de reforma tributária..... 9

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Empreendedor negro ganha 32% menos e desigualdade desafia novo governo 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária testará força de Lula..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Base fluida será teste para governo petista na Câmara e no Senado..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma reduz tributação do consumo para pobres e eleva para ricos, diz CLP 19

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entre o desequilíbrio e o descalabro (Editorial)..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fiesp prevê queda de 0,5% da produção da indústria em 2023..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo dá um tiro no pé com campanha contra o BC (Editorial)..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pazuello, sigilo e PEC (Editorial)..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Tesouro avalia título para família bancar a faculdade dos filhos.....28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Discutir meta de inflação não deveria ser tabu (Artigo)..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Perda de ICMS faz Estados acenderem alerta 30

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Regras fiscais: de onde vieram, para onde vamos? (Artigo) 33

Governo e Congresso escolhem caminho mais difícil e menos efetivo para reforma tributária

A **reforma tributária** virou prioridade número um para a equipe econômica do novo governo e para parlamentares líderes do Congresso Nacional neste início de ano. Eles esperam aprovar mudanças na cobrança de **impostos** no país ainda neste semestre .

Segundo especialistas ouvidos pelo Brasil de Fato , a tarefa é muito difícil. Isso porque as alterações em discussão dependem da aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a qual precisa ser aprovada por dois terços da Câmara e do Senado em dois turnos.

Pior que isso, mesmo que aprovada, a tal reforma priorizada pelos políticos avança pouco para solucionar o principal problema do sistema tributária nacional, a chamada regressividade: pobres pagando mais **impostos** que ricos, proporcionalmente.

Isso significa que, apesar do esforço político que ela demandará, a reforma não será suficiente para criar uma tributação mais justa, conforme prometeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em diretrizes apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Leia mais: Tributação tem tudo a ver com a luta de classes

Que reforma é essa?

A **reforma tributária** que governo e Congresso pretendem aprovar está rascunhada em duas PECs em discussão desde 2019: a 45/2019 e a 110/2019 . Ambas tratam basicamente do mesmo tema. Propõem uma reforma sobre **impostos** vinculados ao consumo.

Há diferentes tipos de **impostos** cobrados sobre consumo: PIS, Cofins, ISS e ICMS, entre outros. As duas PECs querem unificar esses **tributos** e suas legislações. Tudo isso para simplificar o recolhimento de **tributos** principalmente para grandes empresas.

Para que isso ocorra, porém, é preciso que pelo menos uma dessas PECs passe pelo Congresso. O regimento das Câmara e do Senado prevê regras específicas para votação dos projetos, já que eles propõem uma mudança na Constituição, lei maior do

Estado.

:: Classe média paga mesma alíquota de IR que super-rico ::

Nesse caso, é necessária uma quantidade maior de votos do que para aprovação de um projeto de lei simples. Obter todos esses votos é difícil, ainda mais porque o consenso sobre a reforma ainda não existe.

Setores empresariais, como os planos de saúde, são contra. Estados e municípios também têm suas objeções, já que a unificação das regras de **impostos** tiraria a autonomia deles para taxar determinados produtos.

Haverá um grande fluxo de grupos de interesse lá no Congresso [para discutir essa reforma]. Uma profusão de grupo de interesse muito grande , afirmou o auditor da **Receita Federal** Mauro Silva, presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional). O parlamento vai ter que ouvir essas pessoas. Isso vai atrasando o ritmo de tramitação.

Silva, aliás, é cético quanto ao cronograma idealizado por governo e parlamentares: não acha que a reforma em discussão termina neste semestre. Ressalta ainda que outra reforma, que dependeria só de um projeto de lei ordinária deveria ser priorizada: a reforma do imposto sobre renda, cobrada sobre salários e lucros, por exemplo.

Para o auditor, além de mais fácil de ser aprovada, ela ataca a regressividade da tributação, o que a reforma sobre consumo não faz.

Poderiam tratar primeiro da reforma do imposto de renda. Trabalharia a outra em paralelo para que uma votação de uma ajudasse na outra , disse.

:: Sindireceita: defasagem da tabela do IR custa ao trabalhador um apartamento em 30 anos ::

Tributando ricos

Marcelo Lettieiri, conselheiro do Instituto Justiça Fiscal,

também acredita que o governo e o Congresso erram em focar seus esforços na reforma de **tributos** sobre consumo. Assim como Silva, ele acredita que a reforma do imposto sobre renda é mais importante, pois essa sim torna a tributação do país mais alinhada às boas práticas internacionais.

Segundo Lettieiri, cerca de 35% dos **impostos** arrecadados no Brasil são sobre consumo. A média de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) é 22%. A proposta de reforma no Congresso não muda isso, já que está focada principalmente na simplificação das cobranças.

Já a média da tributação sobre a renda na OCDE é 33%. No Brasil, 22% dos **impostos** arrecadados são sobre a renda. Isso a reforma do imposto de renda pode mudar.

Para o especialista, inclusive, o governo deveria propor um acordo para aprovar primeiro a reforma sobre a renda e depois a do consumo, que poderia ser aperfeiçoada.

O governo poderia na verdade fazer um grande acordo com o mercado, que está muito interessado nessa simplificação. Aprova a da renda e mantém um compromisso de, no segundo semestre, aprovar a do consumo, reduzindo carga tributária, sugeriu, lembrando que a tributação sobre a renda abre espaço para desoneração do consumo.

:: Tributar os ricos é problema crucial do Brasil, diz Stédile ::

Silva, da Unafisco, afirmou que reformar o imposto sobre renda não significa apenas corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) - o que, aliás, também é promessa de campanha de Lula. É preciso rever as isenções concedidas a donos de empresas.

Não é simplesmente aumentar as alíquotas na tabela para até 35% [hoje são até 27,5%] e dizer que está taxando ricos, disse Silva. Se você não combater a pejetização e tributar dividendo, não vai cobrar 35% de imposto de ninguém.

É preciso também, disse Mauro, rever até a forma como **impostos** sobre o lucro de empresas é cobrado. Tudo isso, considerando que não se pode comprometer a competitividade de empresas brasileiras no mundo.

Reforma solidária

Vilson Antonio Romero, presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal**

(Anfip), afirmou que a entidade e outros movimentos sociais já apresentaram uma emenda à PEC 45/2019 para que ela se torne mais ampla, incluindo **impostos** sobre renda e até patrimônio.

Só 5% dos **impostos** nacionais são sobre patrimônio: sobre propriedade de carro ou casa, por exemplo. No país, atualmente, também não existe imposto sobre grandes fortunas.

:: Jet ski, veleiros, planadores e dirigíveis: isenções de Bolsonaro beneficiam ricos ::

A criação desse tributo está prevista na chamada **Reforma Tributária** Solidária, que foi sintetizada na emenda da PEC.

Nosso projeto abarca a tributação do consumo, a tributação sobre a renda, com tributação sobre dividendos, etc, resumiu Romero.

Guilherme Mello (PT), secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, defendeu por diversas vezes a reforma solidária em textos e entrevistas antes de entrar no governo. O novo governo, porém, ainda não declarou se buscará aprovar essa proposta.

Edição: Nicolau Soares

Notícias Relacionadas:

RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF
Governo e Congresso escolhem caminho mais difícil e menos efetivo para **reforma tributária**

Site:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/06/governo-e-congresso-escolhem-caminho-mais-dificil-e-menos-efetivo-para-reforma-tributaria>

Governadores querem "voto de qualidade" do Carf

Renato Alves/ Agência Brasília



Determinação atende a interesses das Secretarias da Fazenda estaduais

»» **Ândrea Malcher**

O Fórum Nacional de Governadores divulgou nota, ontem, demonstrando apoio à Medida Provisória (MP) 1.160/2023, que dispõe, entre outros temas, sobre a "proclamação do resultado do julgamento na hipótese de empate na votação no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**". A determinação atende aos interesses das Secretarias da Fazenda estaduais.

"A reconstituição do voto de qualidade no **Carf** ratifica o princípio constitucional da supremacia do interesse público sobre o particular. A iniciativa tem papel ainda mais relevante no presente momento, quando o PLP 17/2022, que foi aprovado na Câmara, de forma preocupante, tenciona expandir essa anomalia do processo administrativo tributário aos demais entes da Federação, pelo fim do voto de qualidade, além de inúmeras outras ameaças à atuação fiscalizatória ou que incentivam práticas irregulares." O Projeto de Lei Complementar (PLP) 17/2022 encontra-se agora no Senado e estabelece um código de defesa dos contribuintes, com regras gerais sobre os direitos e garantias destes, além de deveres da Fazenda Pública (da União, estados, Distrito Federal e municípios). O documento cita a Lista de Alto Risco (LAR) para a Administração Pública, formulada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2022, que identifica riscos que possam comprometer a qualidade dos serviços prestados pelo governo e a eficácia de políticas públicas.

"No tocante aos vícios diagnosticados pelo Tribunal, em capítulo que discorre sobre a Eficiência da Cobrança e do Contencioso Tributário, uma das medidas de reparação recomendadas nesse relatório é justamente o fim do modelo paritário do **Carf**", argumentaram os governadores, que acreditam que a composição de tribunais administrativos deve ser exclusiva a servidores de carreira fiscal, destacando que isso já acontece em Pernambuco.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/02/06/all.pdf>

Marinho elege mínimo, aplicativos e reforma trabalhista como prioridades



Luiz Marinho: "Só uma coisa estimula contratação, economia funcionando"

Guilherme Pimenta, Matheus Schuch e Fernando Exman De Brasília

Há pouco mais de um mês no cargo, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, garante não estar preocupado com a desaceleração na criação de postos de trabalho, apontada no último Caged. As prioridades de sua gestão estão divididas em três pilares: valorização do salário mínimo, regulação do trabalho por aplicativos e a revisão de pontos da reforma trabalhista.

Em entrevista exclusiva ao Valor, Marinho revelou que não descarta manter o saque-aniversário do FGTS, mas defende mudanças nas regras da modalidade.

Em relação às plataformas de aplicativo, disse que um grupo de trabalho vai definir qual será o melhor modelo de regulamentação para o trabalho. A seguir os principais pontos da entrevista: Valor: Como estão acompanhando a crise na Americanas e o seu impacto para os trabalhadores?

Luiz Marinho: Estamos organizando, conversando com o Ministério Público do Trabalho. Pode ser que tenha que falar com o administrador judicial, ver o diagnóstico. Economia e Receita também têm que ver o que está acontecendo. Há um cheiro grande de fraude que pode não estar restrito à Lojas Americanas.

Se for o modus operandi do trio de ferro ali, pode contaminar outras grandes empresas. O sistema financeiro, a Ambev, vai saber o que estes moços estão aprontando e se tem ou não uma cumplicidade das auditorias. A Price recomendou recentemente que ações das Americanas estavam entre as ações mais seguras, então não pode ser um errinho.

Tem cheiro de conluio. Cheiro.

Quem sou eu para acusar? Os responsáveis têm de investigar.

[Procurada, a PwC informou por meio de nota que "não atua no setor de análise de investimentos"; Americanas e Ambev não comentaram até a conclusão desta edição.] Valor: O que o ministério pode fazer de concreto? Haverá grupo de trabalho do governo também?

Marinho: Ninguém deseja que uma empresa desse tamanho vá a falência. A possibilidade de uma recuperação judicial tem que ser olhada com muito carinho e, acima de tudo, não criar um ambiente hostil para se fragilizar ainda mais e quebrar. Tem que ser olhado o grupo econômico.

Uma coisa é Lojas Americanas, que é apenas um elo do grupo.

Tem consistência para administrar e salvar? Isso tem que ser olhado também. Depois a gente vai ver se é o caso de constituir o grupo [de trabalho]. Mas não será um grupo para asfixiar a Lojas Americanas, é para olhar com carinho para manter os empregos.

Valor: Como o sr. disse, o caso pode ter impacto no mercado de trabalho.

Os números de dezembro também não foram bons. Qual a perspectiva para os quatro anos do novo governo Lula?

Marinho: Os números de dezembro não me assustam em nada porque costumemente caem.

Em 2022 foi quase o dobro de 2021, mas isso é sazonal. O que enxergamos são oportunidades de retomada. Há uma diretriz do presidente Lula de retomar o conjunto de obras o mais rápido possível.

Isso é geração de emprego na veia lá na ponta. Tenho esperança de que o mercado de trabalho reaja, sem contar as várias ações que devemos tomar, os diagnósticos que vamos fazer com as federações.

Valor: O governo estuda algum projeto para diminuir o custo de contratação?

Marinho: Só tem uma coisa que estimula contratação: economia funcionando. Não tem milagre se não tem consumo. O que aconteceu com esta neurose do governo anterior com a Carteira Verde e Amarela, o trabalho intermitente, é fragilizar o mercado de trabalho e achatar a massa salarial.

Você tem a mesma quantidade de gente trabalhando, com salário menor e capacidade de consumo menor. Isso leva à diminuição da geração de emprego.

Valor: O senhor já tem um diagnóstico do que precisa ser mudado na legislação trabalhista?

Marinho: Nós desejamos, no primeiro semestre, ter alguma coisa, mas tem que montar um grupo. Não vai ter canetaço do governo. Temos o desafio de entregar salário mínimo, alternativa em relação aos trabalhadores de aplicativos e da legislação trabalhista e sindical. Não temos a preocupação de ter o código de trabalho inteiro.

Valor: Mas quais são os pontos que o grupo deve se debruçar?

Marinho: O trabalho intermitente é um dos detalhes a serem olhados com cuidado. Vamos conversar. Se eu vejo algo que tenha necessidade de mexer e o empresariado vier aqui e demonstrar consistência do que está acontecendo, não tem por que rever. A ideia é estimular a construção.

Se os dois lados construírem, evita demandas na Justiça.

Valor: Sobre a regulamentação do trabalho por aplicativos, já há um ponto de partida?

Marinho: As empresas estão dispostas a discutir. Na Espanha, no processo de regulação, o Uber e mais alguém disseram que iam sair. Esta rebeldia durou 72 horas.

Era uma chantagem. Me falaram: "E se o Uber sair?". Problema do Uber. Não estou preocupado.

Valor: A saída de uma empresa como Uber, por exemplo, não criaria um problema para a economia?

Marinho: Cria outro [aplicativo].

Posso chamar os Correios, que é uma empresa de logística e dizer para criar um aplicativo e substituir. Aplicativo se tem aos montes no mercado. Não queremos regular lá no mínimo detalhe.

Ninguém gosta de correr muito risco, especialmente os capitalistas brasileiros. Mas qual a regulação para proteção do trabalho e das pessoas?

Valor: As empresas do setor argumentam que aceitam discutir o assunto, mas ponderam que as regras trabalhistas atuais não atendem nem aos desejos dos próprios trabalhadores. Além disso, eles prestam serviço para várias companhias ao mesmo tempo e com jornadas diferenciadas. A ideia é incluir os trabalhadores no **INSS**?

Marinho: Claro.

Valor: E na CLT?

Marinho: Aí há dúvidas se você enquadra 100% CLT. Você pode ter relações que caibam na CLT ou que se enquadrem, por exemplo, no cooperativismo. Aliás, o cooperativismo pode se livrar do iFood, do Uber. Porque aí nasce alguma coisa que pode ser mais vantajosa, especialmente para os trabalhadores.

Valor: Uma das dificuldades, segundo as empresas de aplicativo, é que a categoria é heterogênea, com vários pontos de vista...

Marinho: Por isso tem que ter regulação do Estado. "Ah, é muito disperso, então deixa que eu exploro." Não. Tem que regular.

Valor: O MEI é uma alternativa?

Marinho: O dono de um carrinho de pipoca pode ser empreendedor, mas, se um cara tem dez carrinhos, ele não pode colocar nove empreendedores. Eles viraram funcionários dele. Agora, o entregador de pizza pode ser MEI? Tenho dúvidas.

Valor: O arcabouço dos aplicativos será encaminhado junto com revisões da reforma trabalhista?

Marinho: Não. Conforme ficar pronto, vai tocando. Não vamos amarrar uma coisa na outra porque só atrasa.

Valor: O senhor pretende reforçar a equipe de fiscalização?

Marinho: Sim, essa é a ideia.

Observar desvio de função que existe na força de

trabalho e voltar a atuar como se deve.

Valor: O debate da igualdade salarial entre homens e mulheres já começou?

Marinho: Me apresentaram um esboço, não gostei muito e falei com a ministra [das Mulheres, Cida Gonçalves]. Precisamos olhar com muito carinho. A ideia é oferecer um texto que dê conta para chamar atenção dos agentes privados e públicos.

Valor: Existe alguma sinalização já das áreas fiscais de que será possível ampliar o salário mínimo?

Marinho: Há dois aspectos no salário mínimo. O principal é a política de valorização. Se [estivesse ainda valendo] a política que estabelecemos em 2005, que coordenei pelo governo, hoje o mínimo valeria R\$ 1.396. Isso é mais importante do que o tamanho do reajuste de 2023. O que estamos analisando é se haverá mudanças em 2023. Se houver espaço fiscal, sim.

Valor: Será a mesma política de valorização do passado?

Marinho: Vai depender do acordo com as centrais. Pode ser retomado esse formato [do primeiro governo Lula] olhando a avaliação do tempo. A cada quatro anos você pode fazer uma avaliação do comportamento da economia e do salário.

Tudo é ambiente de negociação, avaliação e monitoramento.

Eu teria segurança de retomar na forma que era.

Valor: A PEC da Transição criou uma falsa expectativa de que já teria um mínimo de R\$ 1.320?

Marinho: [O ministro da Fazenda, Fernando] Haddad tem uma preocupação que eu corroboro: não podemos criar nada fora do estado fiscal para provocar um desajuste na economia, que seria trágico. O crescimento econômico precisa ser consistente e seguro. Criou-se uma lógica de projeção para R\$ 1.320, mas nesse momento não se enxergou o tamanho do impacto da eliminação da fila de espera da Previdência.

Valor: Saque-aniversário do FGTS acaba mesmo em março?

Marinho: Não. É preciso entender o que eu digo. Essa modalidade enfraqueceu o fundo. Bancos fazem propaganda disso, mas, quando o trabalhador saca, se ele é demitido, não pode sacar o saldo.

Tem banco que criou carteira para dez anos. Isso é razoável? É um absurdo. Nós vamos corrigir primeiro a não permissão de sacar o fundo, e é isso que os bancos entram em polvorosa, por causa dos contratos já fechados.

Eu não fui consultado deste contrato.

Dez anos de carteira? Sete anos? Vamos olhar também as taxas praticadas. É impressionante como o sistema financeiro acha jeito de tirar dinheiro de todo mundo. Vamos dialogar sobre a possibilidade de acabar, sim.

Mas, se o trabalhador fez contrato, ele precisa ser honrado.

Valor: Quais outras mudanças?

Marinho: É um absurdo não poder sacar o saldo total, mesmo devendo para o banco. Podemos permitir a negociação com o banco, com deságio, no pagamento à vista, já que vou sacar.

Para que pagar juro ao banco com meu dinheiro? Vamos analisar se a gente acaba, estou refletindo sobre isso. Se permanecer, será com outras regras totalmente diferentes, mas não estou convencido ainda. Não podemos fazer o trabalhador de escravo.

Valor: No início o sr. tinha a convicção de que o saque tinha de acabar.

O sr. não descarta que ele siga?

Marinho: Não descarto que acabe, podendo até ser mantido.

Vamos decidir, não tem canetada.

Eu acho um erro, mas estou aberto a refletir. Certamente mudanças haverá.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187452?page=1§ion=1>

Governo deve juntar PEC 110 à 45 em projeto de reforma tributária

Estevão Taiar, Vandson Lima e Raphael Di Cunto De Brasília

O governo federal deve aproveitar partes da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, que está no Senado, para diminuir resistências dos senadores à **reforma tributária**, apurou o Valor Fiscal. Mesmo assim, a ideia é que as mudanças tenham como base principal a PEC 45 e que comecem a tramitar pela Câmara dos Deputados.

Apresentada em 2019, a PEC 45 está parada na Câmara dos Deputados e foi elaborada pelo atual secretário especial para a **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Justamente por esses fatores é natural que as mudanças sejam baseadas principalmente na PEC 45 e que elas comecem a tramitar pela Câmara, segundo aliados do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mas o governo federal acredita que aproveitar a PEC 110 pode reduzir "o melindre no Senado", de acordo com interlocutores de Haddad.

As PECs 45 e 110 propõem ambas que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins) e Imposto Sobre Serviços (ISS) sejam substituídos por um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A principal diferença é que a PEC 45 propõe um único IBS, ou Imposto sobre Valor Agregado (IVA), para governos federal, estaduais e municipais. Já a 110 propõe um IVA dual, sendo um para a União e outro para entes subnacionais.

Há também diferenças menores, ligadas a benefícios fiscais e intervalo de transição do modelo atual para o novo.

De acordo com uma fonte do Ministério da Fazenda, Appy vem formando "vários grupos de debate e formulação" para avançar em "temas específicos" que considera importantes que estejam presentes no texto.

Além da **reforma tributária** sobre consumo, outras fontes do primeiro escalão da equipe econômica relataram ao Valor que uma das discussões diz respeito a como dar solução rápida à promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR). Nesse

sentido, uma das ideias aventadas é aproveitar o projeto de reforma do IR apresentado ainda no governo de Jair Bolsonaro, que passou na Câmara mas travou no Senado. O então relator da PEC 110, ex-senador Roberto Rocha (PSDB-MA), chegou a defender em 2021 que as mudanças no IR fossem votadas de maneira concomitante ao texto que ele relatava. Rocha não foi reeleito.

O projeto do IR, que era defendido pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes, é considerado "muito ruim" pelo novo governo.

Mas poderia ser reduzido a dois pontos em um substitutivo no Senado: o aumento da faixa de isenção, que Lula defende que vá até aqueles que ganham R\$ 5 mil mensais; uma tributação da distribuição de lucros e dividendos, algo que o presidente também é favorável, tendo inclusive defendido a medida recentemente, em encontro com centrais sindicais em meados de janeiro.

Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou após reeleito que pretende criar um grupo de trabalho para retomar a discussão sobre a **reforma tributária**.

O normal seria uma comissão especial ser constituída para dar parecer à PEC, mas Lira vem utilizando esses grupos de trabalho para "agilizar" as discussões. A principal diferença é que os GTs não precisam respeitar a divisão proporcional das vagas entre os partidos e os integrantes são indicados por ato do presidente da Casa, e não dos líderes de cada bancada, o que aumenta o poder de Lira.

A retomada dos trabalhos deve ser discutida com os líderes partidários em reuniões nessa terça-feira.

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi relator na legislatura passada, deve ser oficializado novamente como o responsável por conduzir as negociações. Ele já fez reuniões com Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), e parlamentares.

Na avaliação de envolvidos na tramitação da PEC, será necessária nova rodada de debates. Dos 513 deputados, 234 não estavam na legislatura anterior. Dos 27 governadores, 11 são novos e não

participaram das negociações anteriores.

Lira tem sinalizado que essas discussões devem demorar cerca de dois meses. A intenção seria voltar a proposta no fim de abril ou começo de maio, antes de o governo Lula enviar o projeto de lei complementar que deve estabelecer a nova âncora fiscal do país.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187452?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187452?page=1§ion=1)**

Empreendedor negro ganha 32% menos e desigualdade desafia novo governo

Thais Carrança - @tcarran - Da BBC News Brasil em São Paulo

Vamos impulsionar as pequenas e médias empresas, potencialmente as maiores geradoras de emprego e renda, o empreendedorismo, o cooperativismo e a economia criativa, prometeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em seu discurso de posse, em 1º de janeiro.

Naquele mesmo dia, Lula também afirmou seu compromisso com combater dia e noite todas as formas de desigualdade, citando entre exemplos dessas iniquidades as serem debeladas as disparidades de renda, gênero, raça e do mercado de trabalho.

Um estudo do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) mostra, no entanto, que estas não são agendas separadas.

Segundo o levantamento Empreendedorismo por Raça-cor (e sexo), empreendedores negros ganham menos, têm menos escolaridade, empresas menores, trabalham mais sozinhos (sem contratar funcionários) e contribuem menos à Previdência. As empreendedoras negras especificamente foram as mais prejudicadas pela pandemia e as que mais demoraram a se recuperar.

Assim, num país onde 30% dos ocupados trabalham por conta própria ou são empregadores, o novo governo tem como desafio enfrentar a desigualdade não só no mercado de trabalho formal, mas também entre os mais de 30 milhões de empreendedores, dizem economistas.

Nascido do sindicalismo e bem sucedido em políticas sociais para os miseráveis, o PT enfrenta no terceiro mandato de Lula o desafio de desenhar políticas para uma classe média baixa de microempreendedores por necessidade, cujo voto em grande medida se voltou à direita nas últimas eleições.

Segundo o estudo do Sebrae, os negros (pretos e pardos) representam 52% dos empreendedores brasileiros, considerando como parte deste grupo trabalhadores por conta própria e empregadores.

Mas, enquanto os empreendedores negros tinham

renda média mensal de R\$ 2.079 no segundo trimestre de 2022, os brancos ganhavam R\$ 3.040. Ou seja: o rendimento de empreendedores negros é em média 32% inferior ao de empreendedores brancos.

Considerando a questão de gênero, as mulheres negras têm o mais baixo rendimento entre os empreendedores, de R\$ 1.852, comparado a R\$ 2.188 para homens negros, R\$ 2.706 para mulheres brancas e R\$ 3.231 para homens branco, mostra o levantamento do Sebrae.

Portanto, entre homens brancos empreendedores e mulheres negras empreendedoras, a diferença de renda média é de 74%.

O país estruturalmente teve uma inserção tardia de mulheres e negros no mercado de trabalho, isso vale para todas as profissões e vale para empreendedores também, observa Marco Aurélio Bedê, analista de gestão estratégica do Sebrae e responsável pela pesquisa, sobre um dos motivos por trás da diferença de remuneração entre empreendedores.

O economista observa que, além dessa inserção tardia - um resultado de fatores como a escravidão e a desigualdade de papéis sociais de gênero -, os brancos em geral têm escolaridade superior aos negros, o que também afeta o nível de rendimentos.

Essa diferença de escolaridade é perceptível no próprio perfil dos empreendedores: 41% dos donos de negócios negros têm apenas o ensino fundamental, comparado a 28% dos brancos. Já entre os empreendedores com ensino superior, 32% são brancos, ante 13% de negros.

Entre as mulheres, apesar de elas atualmente superarem os homens em formação escolar, há a particularidade de muitas vezes atuarem no mercado de trabalho para complementar a renda da família. Com o cuidado de casa, filhos e idosos, elas acabam se dedicando apenas parcialmente a seus negócios, o que também impacta o nível de rendimentos.

E ainda tem a questão cultural de que, para mesmas atividades, é comum encontrar mulheres ganhando menos, observa o analista do Sebrae.

A análise do perfil dos empreendedores brasileiros por

raça e gênero deixa evidente que boa parte desses considerados donos de negócios são não verdadeiros empreendedores por necessidade - não aqueles que criam novas empresas a partir de inovações disruptivas, mas os que abrem pequenos negócios para sobreviver.

A maioria nem sequer tem empregados, trabalhando por conta própria e oferecendo ao mercado apenas a própria mão de obra.

Entre mulheres negras, apenas 8% das empreendedoras são empregadoras, comparado a 11% dos homens negros, 17% das mulheres brancas e 19% de homens brancos que podem contar com funcionários em sua atividade empreendedora.

Dentro da pequena parcela de empregadores negros, a grande maioria (82%) tem apenas entre 1 e 5 empregados. Assim, além de trabalharem mais por conta própria, os empreendedores negros também têm negócios de menor porte.

Empreendedor negro ganha 32% menos e desigualdade desafia novo governo

A motivação por necessidade é maior entre negros e está ligada à baixa escolaridade e à taxa de desemprego maior nesse grupo, afirma o economista do Sebrae.

Quem inicia um negócio por necessidade, em geral inicia com uma lacuna em termos de formação, de tempo para pensar o empreendimento. Muitas vezes, com menos capital e no espírito do desespero, completa o analista.

Bruno Imaizumi, economista especializado em mercado de trabalho da LCA Consultores, observa que esses não são os únicos problemas enfrentados pelos empreendedores por necessidade.

Temos que lembrar que o trabalhador por conta própria, no geral, tem um rendimento muito volátil, muito inconstante mês a mês. Com menos qualificação, ele vai ter mais dificuldade de que seu negócio se mantenha, de conseguir uma renda maior, de empregar mais gente, diz Imaizumi.

As dificuldades enfrentadas por esses empreendedores por necessidade se refletem no baixo nível de contribuição à **Previdência Social**.

Segundo a pesquisa do Sebrae, no segundo trimestre de 2022, 72% dos empreendedores brasileiros negros não contribuíam para o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), comparado a 52% dos brancos. Assim, a situação de precariedade desses

trabalhadores durante a idade ativa tende a se reproduzir também na velhice, quando terão menos renda disponível via benefícios.

A desigualdade entre empreendedores, parcela crescente no mercado de trabalho brasileiro e global, impõe desafios ao novo governo, avalia o analista do Sebrae.

É nítido que é importante ter uma política de apoio às empreendedoras mulheres e, particularmente, aos empreendedores negros, para que essas lacunas possam ser diminuídas, defende Marco Bedê.

Segundo ele, o que precisa ser feito nesse sentido ainda terá que ser definido, mas vai desde a ampliação do nível de escolaridade, passando pela oferta de creches, capacitação de empreendedores e políticas de acesso a crédito com menos burocracia e taxas menos acessíveis.

Em 2022, entre o primeiro e o segundo turno das eleições, o governo Jair Bolsonaro chegou a lançar um programa da Caixa Econômica Federal de crédito para mulheres empreendedoras. Parte do pacote do ex-presidente na tentativa de se reeleger, o programa ainda é pouco conhecido.

Para o analista do Sebrae, o começo do novo governo é um momento propício para essa discussão entrar na pauta.

Estamos num momento em que a discussão está começando. O governo que assume, no passado, teve uma experiência forte com redução das desigualdades. Estamos num momento em que elas voltaram a aumentar e é preciso mover políticas públicas para reduzi-las, diz Bedê.

Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, avalia que faltou nas últimas décadas um olhar do poder público para o pequeno empreendedor. Ele lembra, por exemplo, da política dos governos petistas de campeões nacionais, que priorizou investimentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em grandes empresas.

A pandemia, querendo ou não, marcou uma reversão dessa tendência dos desembolsos do BNDES, que se voltaram para pequenas e médias empresas. Pode ser um ponto positivo se o novo governo mantiver essa política adotada durante a pandemia, focando mais as micro e pequenas empresas, já que elas geram a maior parte dos empregos formais no país, defende o economista.

Para o analista, garantir a melhora do ambiente de negócios através de reformas estruturais, como a

tributária e a administrativa, também seria importante para melhorar o cenário econômico e fortalecer a atividade empreendedora.

O sociólogo Celso Rocha de Barros, autor do livro PT, uma história (Cia. Das Letras, 2022), observa que esse olhar para os micro e pequenos empresários será um desafio dentro da trajetória do PT, partido que nasceu ligado ao sindicalismo.

Em algum ponto entre os anos 1980 e 1990, a industrialização brasileira travou e começou a andar para trás. Ali já ficou claro que o Brasil não viraria um Grande ABC, e que o PT precisaria de estratégias específicas para atingir os trabalhadores desorganizados, em especial os do setor informal, lembra Barros.

Ele lembra que, nessa época, houve uma série de iniciativas nesse sentido - é aqui, por exemplo, que surge a ideia do Bolsa-Escola, que depois se tornaria o Bolsa-Família - mas observa que a grande aproximação do PT com os informais só acontece mesmo quando Lula chega ao governo e implementa sua agenda de políticas sociais.

Agora, o PT de volta ao poder enfrenta um novo desafio: o de fazer políticas públicas que respondam às necessidades econômicas de uma classe média baixa, formada por trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores, que em grande medida se afastou do partido rumo ao bolsonarismo.

Essa é uma pergunta que os petistas se fazem com frequência. Ainda não há, nem no PT nem em lugar nenhum, uma resposta definitiva, mas acho que parte da questão é o partido entender que os trabalhadores no setor de serviços, ou os micro (muito micro mesmo) empreendedores têm interesses específicos, observa o sociólogo.

Eles precisam muito da rede de proteção das políticas sociais, mas, daí em diante, precisam de condições para prosperar, e elas nem sempre passam por se tornar um trabalhador da indústria ou um funcionário público. Haverá um longo aprendizado sobre como oferecer boas políticas de crédito para os pequenos empreendedores, como regulá-los sem sufocá-los.

+ Os melhores conteúdos no seu e-mail gratuitamente. Escolha a sua Newsletter favorita do Terra. Clique aqui!

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Empreendedor negro ganha 32% menos e desigualdade desafia novo governo
PORTAL UOL
Empreendedor negro ganha 32% menos e desigualdade desafia

novo governo

Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/empreendedor-negro-ganha-32-menos-e-desigualdade-desafia-novo-governo,e25327c5746e3d3761e81ba47e9914411z4nwc50.html>

Reforma tributária testará força de Lula



Lideranças petistas dizem que plano do governo é aprovar o texto até o fim de abril, seja no Senado seja na Câmara

»» **TAÍSA MEDEIROS** »» **RAPHAEL FELICE**

A força de articulação do novo Congresso Nacional será amplamente testada para a aprovação de uma série de pautas pendentes. Uma das mais alardeadas nos discursos de ambos os líderes das Casas - reeleitos com folga nas votações da última semana - é a **reforma tributária**, que deve ser prioridade para este ano. Na abertura do ano Legislativo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) defendeu a busca por uma solução definitiva.

"Não tenho dúvidas de que a simplificação do nosso sistema tributário terá efeitos positivos na arrecadação e na justiça social. O Brasil há muito clama por uma solução definitiva para esse desafio. Essa questão pontual se insere, é claro, no contexto da busca por uma sintonia fina entre os objetivos econômicos e as prioridades sociais, que são muitas", pontuou.

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também mencionou o desafio, especialmente relacionado ao aumento da **inflação**. Pacheco defende o enfrentamento do problema por meio do planejamento e medidas efetivas, como a **reforma tributária**, "a fim de simplificar, agilizar e baratear as atividades da iniciativa privada".

O tema também foi tratado como prioridade pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e as bancadas do PT e do governo federal. Segundo o líder do governo Câmara, deputado José Guimarães (CE), a expectativa é de que a proposta seja votada até o fim do ano. Como a **reforma tributária** é muito ampla, o governo não vai enviar uma proposta do zero. Para ganhar celeridade, vai aproveitar a PEC 45/2019, da Câmara.

Havia também a opção de iniciar a tramitação pelo

Senado, a partir da PEC 110/2019. Houve uma queda de braço interna entre Lira e Pacheco, mas o chefe da Câmara e recém-aliado de Lula mostra gozar de maior prestígio neste início de legislatura.

Segundo discursos de Lira e Pacheco nos últimos dias, essa deverá ser a saída e os termos de interesse do governo a serem colocados na proposta serão discutidos com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, além das bancadas no Congresso. Guimarães e outras lideranças petistas afirmam que o plano do governo é aprovar o texto até o fim de abril em uma das casas.

Desde a derrota de Bolsonaro para Lula no ano passado, o discurso da oposição passou a ser de compor uma "oposição consciente". Sobre a possibilidade de **reforma tributária**, lideranças do bloco formado por PL, PP e Republicanos afirmam que a pauta é de interesse do Congresso, mas vão trabalhar para impedir eventuais "jabuticabas" inseridas no projeto e trabalhar por uma reforma de bons termos e que simplifique o sistema tributário brasileiro.

"Nós vamos fazer uma posição qualificada pragmática, programática e qualificada. Nós tínhamos um legado a defender, eles não tinham. Eles atuavam para achar problema e todo dia era todo dia um caos diferente, sem agenda. Eles (antiga oposição) eram soldados de plantão. Eles escalavam meia dúzia de parlamentar para ficar no Plenário o dia inteiro de plantão pra falar mal. Não importa o assunto", disse o deputado federal Evair de Melo (PL-ES).

Momento ideal

Para o professor do programa de pós-graduação em Direito da PUCRS, Paulo Caliendo, o momento é perfeito para a realização de uma **reforma tributária** ainda em 2023. "Primeiro, nós temos um antecedente de muitas discussões que ficaram maduras no Congresso Nacional como a PEC 45 e a PEC 110", explica.

Apesar das divergências, o especialista lembra que um conjunto de propostas se tornou unânime. "Por exemplo, nós devemos ter uma tributação que tribute no destino e não mais na origem, como é no Brasil. Que a repartição de receitas arrecadadas por esse tributo no destino seja feito com base em critérios populacionais e não mais sobre o valor adicionado, como é feito hoje no ICMS. Isso privilegiaria a

redistribuição de renda no Brasil e melhoraria o ambiente social e econômico no país", cita. Para Caliendo, ainda, o governo que se inicia tem o capital político necessário para bancar tal discussão.

O advogado tributarista André Mendes Moreira, sócio do Sacha Calmon e Misabel Derci Consultores e Advogados, salienta que é preciso conciliar os interesses dos entes federativos em arrecadar os **tributos** com o fato de que a carga tributária brasileira já é alta. "É preciso que se lembre que, a despeito da necessidade de que todos contribuam com a sua parte de forma justa na sociedade, já existe um nível de tributação elevado, de modo que qualquer aumento de carga deve ser compensado por alguma desoneração em outros segmentos, sempre tendo em vista o princípio da capacidade contributiva. Ou seja, cobrar mais de quem tem mais e cobrar menos de quem tem menos", destaca.

Moreira entende que a complexidade da discussão ocorre, em especial pela dificuldade de se mensurar precisamente as consequências financeiras de uma reforma tão robusta. "Salvo ajustes simples (aumento ou redução de alíquotas), uma reforma integral do sistema leva o país a uma nova realidade. A adaptação pode demorar alguns anos, a arrecadação pode cair, alguns setores podem ser fortemente prejudicados. Enfim, tudo isso dificulta a tomada de decisão", detalha.

Impostos em debate

Especialistas avaliam o que deve ser prioridade na **reforma tributária**

Tributação no destino

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um tributo híbrido, em que parte é destinado aos estados que produzem mercadorias ou prestam serviços, e a outra parte vai para onde se consome. Um dos tópicos do debate é voltar totalmente para repasse ao destino, possibilitando maiores investimentos em áreas como educação e saúde.

Receitas arrecadadas no **tributos** do destinos

A partir da arrecadação nos destinos, a distribuição destes recursos deve ter base em critérios populacionais.

Atualmente, é levado em consideração o valor adicionado para a definição do destino de recursos, como ocorre no caso do ICMS. A mudança privilegiaria uma redistribuição de renda.

Conciliação de Interesses

Tendo em vista que a carga tributária no país já é alta, é necessário a conciliação da reforma com os interesses dos entes federativos. Qualquer aumento deve ser compensado com alguma desoneração. Ou seja, é preciso "cobrar mais de quem tem mais e cobrar menos de quem tem menos", diz André Mendes Moreira, advogado tributarista.

Fonte: Paulo Caliendo, professor do programa de pós-graduação em Direito da PUCRS, e André Mendes Moreira, advogado tributarista, sócio do Sacha Calmon e Misabel Derci Consultores e Advogados

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/02/06/all.pdf>

Base fluida será teste para governo petista na Câmara e no Senado

Julia Chaib, Thaísa Oliveira e Danielle Brant Brasília

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) segue sem clareza sobre o tamanho da base de apoio que terá no Congresso Nacional mesmo após as vitórias de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para as presidências da Câmara e do Senado, respectivamente.

As votações que garantiram a vitória de Lira e Pacheco na semana passada não são consideradas parâmetro para definir quantos parlamentares vão efetivamente dar suporte à gestão petista.

No Senado, a disputa ocorreu em meio a rachas internos em algumas legendas. Na Câmara, Lira usou o capital político conquistado entre os pares nos últimos dois anos -com a ajuda da distribuição de emendas de relator- para assegurar a recondução com apoio recorde.

No caso da Câmara, o número de deputados que atuarão formalmente ao lado de Lula será menor que os 464 votos conquistados por Lira, que incluíram parlamentares do PL, partido de oposição ao governo.

No Senado, governo e oposição quiseram reforçar que o placar de 49 a 32 que garantiu a vitória a Pacheco não significa que o governo encontrará necessariamente esse cenário na Casa. Ele derrotou o bolsonarista Rogério Marinho (PL-RN).

Ministros do governo evitam projetar quantos votos Lula teria em votações do Congresso.

O núcleo duro da base seria formado por 12 partidos, que, juntos, dariam cerca de 228 votos, menos da metade do total de deputados que votaram para reeleger Lira ao comando da Casa.

A recondução do deputado e a atuação decisiva que ele teve na aprovação, no fim de 2022, da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que tirou do teto de gastos R\$ 145 bilhões para concretizar o Bolsa Família de R\$ 600 evidenciou a necessidade de o governo manter uma boa relação com Lira.

Isto é, mais do que uma base própria, o governo precisará contar com a ajuda do presidente da Câmara para aprovar propostas complexas.

Integrantes da gestão Lula também passaram a negociar cargos de segundo e terceiro escalão com membros de partidos que apoiaram Jair Bolsonaro (PL), como PP, Republicanos e o próprio PL.

Além disso, durante a formação do ministério, o governo já tinha buscado atender MDB, PSD e União Brasil, partidos que não o apoiaram durante a campanha presidencial.

Nenhum dos três, porém, assegurará a Lula apoio integral na maioria das votações na Câmara ou no Senado, como tendem os demais partidos da base.

O mais rachado dentre os três é a União Brasil. Na Câmara, dirigentes estimam que 20 dos 58 parlamentares deverão atuar como defensores dos projetos do governo. A maioria do partido deve se considerar independente e votar a favor somente quando se identificar com os textos em apreciação.

O mesmo cenário deve se repetir no Senado, onde a bancada ficou com nove senadores. A União Brasil rachou ao ponto de integrantes da legenda atuarem para que Davi Alcolumbre (União Brasil--AP), principal fiador da reeleição de Pacheco, fosse derrotado e, assim, não levasse a presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

Foi necessária a atuação de membros da cúpula da sigla para que o partido se acertasse.

O deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE) considera que o governo não tem um número fechado de parlamentares que atuarão junto a Lula em todas as votações. "Hoje é uma base frágil, minoritária e inconsistente", avalia.

Haverá dificuldades, segundo ele, de atingir "o quórum de lei complementar para uma votação dura, de temas econômicos e ideológicos".

O racha interno ficou evidente na reeleição de Lira. O próprio Mendonça Filho pensou em se lançar para concorrer à vaga da primeira secretaria que havia sido acordada pelo presidente da Câmara com Luciano Bivar (PE), presidente do partido. No entanto a crise foi apaziguada entre os líderes da legenda antes da eleição.

No PSD e no MDB deve prevalecer a mesma tônica que na União Brasil. Deputados dos partidos pregam a independência e a avaliação dos projetos caso a caso. Mesmo no caso de legendas aliadas, o governo pode sofrer baixas em votações importantes, como na **reforma tributária**.

O PSOL, por exemplo, defende a cobrança de mais **impostos** dos ricos, enquanto critica a simplificação tributária prevista em PECs em tramitação e apoiadas pelo governo.

Durante a reeleição de Lira, o governo também precisou lidar com um princípio de rebelião do PV, que cogitou lançar um nome para disputar a segunda secretaria com a deputada Maria do Rosário (PT-RS). Foi preciso negociar participação do partido da federação em comissões e na vice-liderança para aplacar insatisfação, que vinha desde quando a legenda ficou de fora da Esplanada.

No Senado, a base de Lula tem escancarado disputas internas por espaço. Na sexta (3), Renan Calheiros (MDB--AL) reclamou que PT, PSB e PSD furaram um acordo para formar um único bloco governista e resolverem se juntar -sem o MDB e a União Brasil. A senadora Eliziane Gama (MA), recém-filiada ao PSD, respondeu prontamente e acusou o próprio MDB de Renan a descumprir o acordo e pedir ajuda a Sergio Moro (União-PR) para atrair o Podemos e o PSDB - que abrigam senadores bolsonaristas.

Mesmo com atritos públicos, o líder do PSB, Jorge Kajuru (GO), afirma que a base governista está sólida; e que também pesa a favor de Lula a escolha do senador Jaques Wagner (PT-BA), ex-governador da Bahia, como líder do governo no Senado. "Jaques Wagner é muito habilidoso, um articulador de primeira categoria. Muito respeitado, educado e coerente. Isso pesa aqui dentro. Ele não oferece nada errado, é um senador acima da média." Líderes de bancadas importantes no Senado apontam que, dos 32 votos que Marinho teve, 25 seriam efetivamente oposição ao governo. Isso porque muitas variáveis pesaram nessa eleição, apontam parlamentares, entre elas problemas regionais entre senadores.

Para senadores experientes, alguns dos 32 votos a Marinho foram dados não com o objetivo de derrotar Pacheco, mas sim impedir que Alcolumbre fosse alçado novamente a presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Houve quem votasse no candidato opositor ao governo, então, somente para fustigar um adversário local, apontam.

Aliados de Marinho dizem, ainda, que nem o grupo bolsonarista que chegou ao Senado pretende fazer

oposição por oposição. E dizem que há a intenção de votar com o governo em pautas de interesse do país, como a **reforma tributária**.

"Hoje é uma base frágil, minoritária e inconsistente"

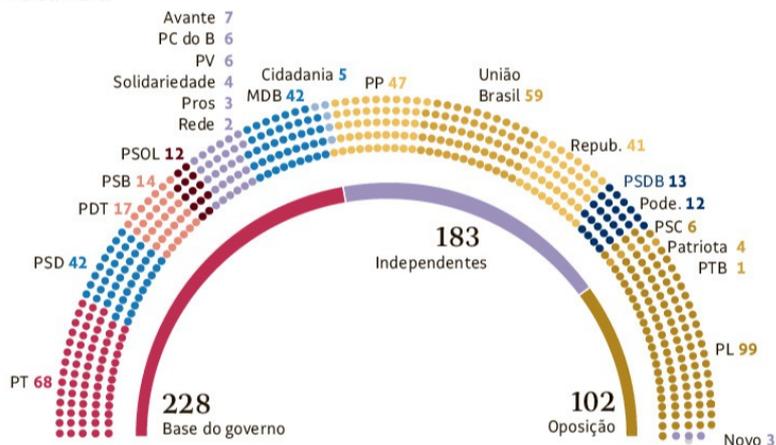
"Acho que tem dificuldades de atingir o quórum de lei complementar para uma votação dura, de temas econômicos e ideológicos" Mendonça Filho deputado federal (União-PE)

Site:

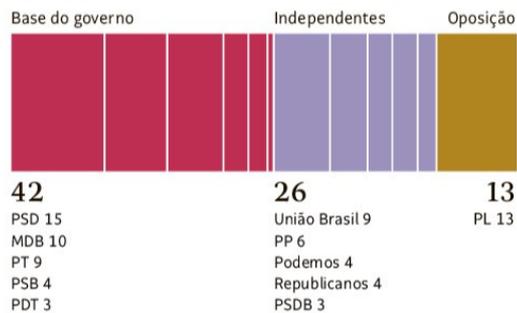
<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50179>

Base de Lula na Câmara e no Senado

Na Câmara



No Senado



Entenda as cores dos partidos



As posições dos partidos foram calculadas a partir de sete quesitos: votação dos deputados da legenda na Câmara, coligações, autodeclaração dos congressistas, frentes parlamentares, opinião de especialistas, migração partidária e posicionamento no GPS Ideológico da Folha

É base de Lula?

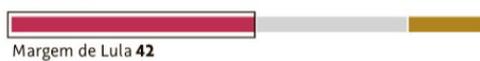
Partidos



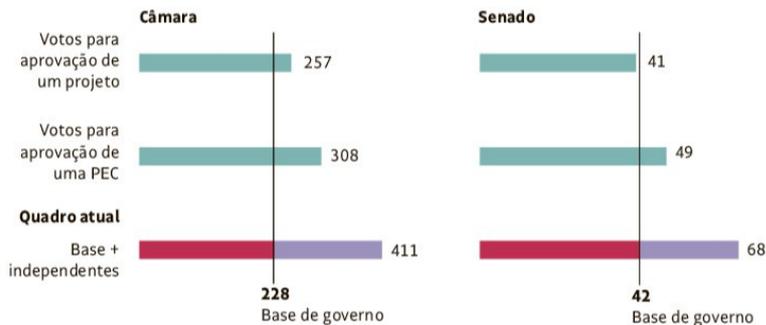
Deputados



Senadores



Relação com o Congresso



Reforma reduz tributação do consumo para pobres e eleva para ricos, diz CLP



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pedro Ladeira - 12.jan.2023/Folhapress

Eduardo Cucolo

Estudo do CLP (Centro de Liderança Pública) mostra que as propostas de **reforma tributária** do consumo em discussão no Congresso reduzem a carga para 96% dos brasileiros e eleva a renda de todos os consumidores, principalmente dos mais pobres.

A reforma reduziria a carga tributária do consumo de 35% para 31,5% entre as pessoas que estão na base da distribuição de renda. Entre os 2% mais ricos da população, ela sobe de 31,6% para 32,2%. Ou seja, a tributação se torna mais equânime entre todas as faixas de renda.

A partir de estudos que estimam um ganho potencial de cerca de 20% para a economia brasileira, o CLP calculou qual seria o impacto na renda de cada grupo. Haveria um ganho que começa em cerca de 14% para os mais pobres e chega a quase 10% entre os mais ricos. Ou seja, todos ganham. Uns mais, outros menos.

O pesquisador Daniel Duque, responsável pelo trabalho, dividiu a população de acordo com a renda por cinquentil, ou seja, 50 parcelas, cada uma representando 2% dos brasileiros.

Com esses ganhos, segundo ele, é possível colocar 6 milhões de brasileiros acima da linha de pobreza, além de tirar 2 milhões de pessoas da extrema pobreza. Também há uma redução no índice de Gini de 0,553 para 0,548 -quanto menor o indicador, menor a desigualdade.

O trabalho aponta ainda que setores hoje menos onerados, como serviços, construção e agropecuária, serão mais tributados, mas ainda continuarão com uma carga inferior à da indústria.

O governo Lula pretende aprovar duas reformas tributárias neste ano, uma que trate de **impostos** e contribuições sobre o consumo, no primeiro semestre, e outra que modifique a tributação da renda e do patrimônio, em uma segunda fase.

O pesquisador Daniel Duque, responsável pelo trabalho do CLP, afirma que a proposta de unificação dos **tributos** sobre o consumo gera, principalmente, ganhos sobre a produtividade e a renda, elevando o potencial de crescimento do país e reduzindo a pobreza. Como efeito secundário, produz alguma redução de desigualdades.

Já as mudanças em **impostos** sobre renda e propriedade, tornando-os mais progressivos, têm impacto bem menor sobre produtividade e renda, mas bem maior sobre a distribuição, o que torna as duas propostas complementares.

Atualmente, os **tributos** sobre consumo oneram mais os pobres. Essa população tem uma parcela maior da renda comprometida com bens, que possuem uma carga maior de **impostos**, do que com serviços, que são itens menos tributados. Com a reforma, a tributação passa a ser homogênea, sem diferenciar bens e serviços.

O estudo utilizou como base as duas principais propostas que tramitam no Congresso (PEC 45 e PEC 110). Elas propõem a unificação de cinco **tributos**: os federais IPI, PIS e Cofins, o estadual ICMS e o municipal ISS, com alíquota uniforme para todos os bens e serviços. Há também a ideia de se ter um tributo federal e outro estadual-municipal.

Em todos os casos, o atual nível de arrecadação seria mantido e os **tributos** seriam não cumulativos: o imposto pago na aquisição do insumo é descontado do valor final do produto.

Entre os objetivos da reforma estão reduzir a complexidade do sistema, a multiplicidade de leis e as distorções setoriais, além de colocar fim à guerra tributária (com o fim de muitos incentivos fiscais) e

desonerar investimentos e exportações.

Em relação aos setores, o CLP calcula que a tributação da indústria manufatureira cai de 46% para 35% com a reforma. A dos serviços -setor mais resistente à reforma- passa de 22% para 31%. Na construção, de 15% para 27%. Na agropecuária, de 2% para 5%.

Mesmo com uma alíquota única, há uma série de questões, entre elas a informalidade, que tornam diferentes as cargas tributárias efetivas dos setores.

Duque afirma que nenhum deles ultrapassará o outro em termos de maior tributação. Fica mantida a escala que começa com os setores industriais de utilidade pública (como água e energia) e manufatura no topo; os serviços e a indústria extrativa como intermediários; e a construção e a agropecuária na base.

"A gente tem um perfil de consumo, no mundo inteiro, em que quanto maior sua renda, mais você consome [proporcionalmente] de serviços e menos de alimentação e bens primários e industriais. Só que a tributação no Brasil favorece o setor de serviços em prejuízo da indústria. Uma aproximação da carga desses dois setores leva a maiores ganhos de consumo da população mais pobre", afirma o pesquisador.

Duque não considerou no trabalho o mecanismo de devolução de **tributos** aos mais pobres para compensar o fim da desoneração da cesta básica. Ele está previsto nas duas propostas de iniciativa do Congresso, mas será regulamentado posteriormente. Sistema semelhante está em funcionamento hoje no Rio Grande do Sul.

Estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de 2020, dos pesquisadores Rodrigo Orair e Sérgio Gobetti, estimou impacto positivo para 90% da população e negativo para os 10% mais ricos com a proposta de alíquotas iguais para todos os produtos e serviços.

Um trabalho de 2021 do movimento Pra Ser Justo, em conjunto com pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), estimou que um sistema de devolução de **impostos** a pessoas mais pobres pode beneficiar mais de um terço da população com um orçamento inferior ao da desoneração da cesta básica.

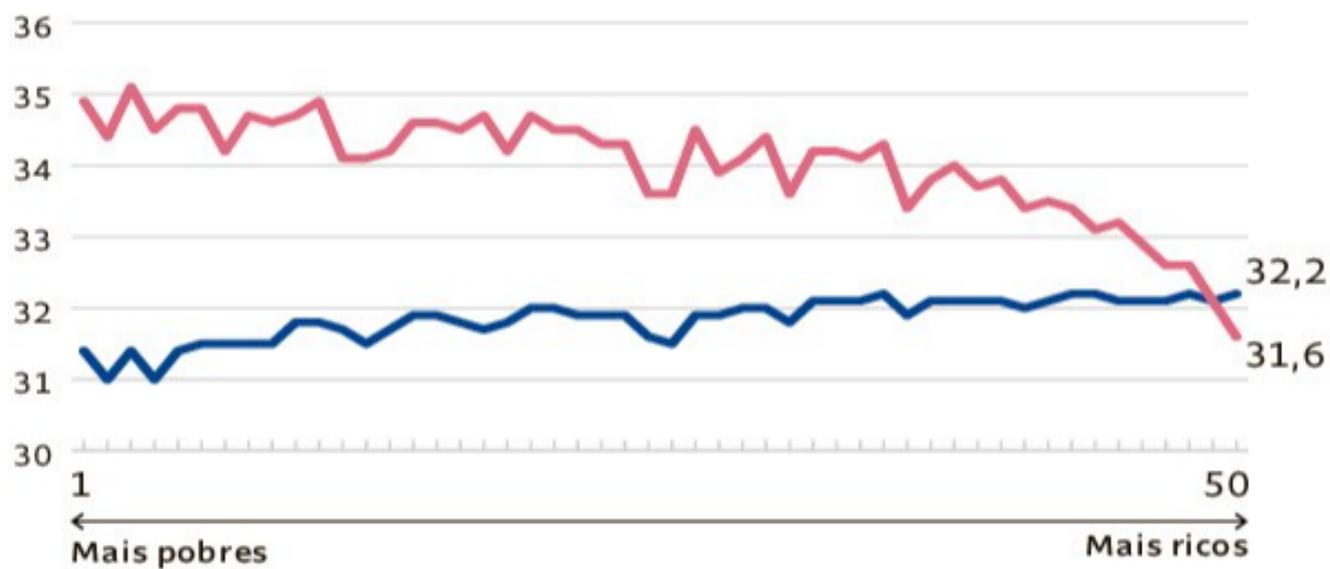
Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50179&maxTouch=0&_ga=2.145936499.637194752.1675662008-1380897342.1635735907

Reforma aumenta tributação dos mais ricos

Carga tributária, por cinquentil de renda monetária, em %

■ Pós-reforma
■ Atual



Fonte: Centro de Liderança Pública

Entre o desequilíbrio e o descalabro (Editorial)

Projetos de lei ligados à agenda econômica dominaram a pauta legislativa nos últimos quatro anos. De acordo com levantamento do Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), 931 propostas voltadas à área foram apresentadas ao longo dos últimos quatro anos no Congresso, das quais 49 foram aprovadas e se transformaram em normajurídica, uma conversão de 5,26%. Dos 2.823 textos sobre finanças públicas e orçamento propostos no mesmo período, 112 foram aprovados, ou 3,97% do total. O índice supera facilmente a quantidade de textos convertidos em lei em áreas como saúde, meio ambiente e educação.

Lidos de forma superficial, os números do levantamento fortaleceriam o discurso do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), segundo o qual a maioria dos parlamentares tem um perfil reformista e liberal. Mas uma análise mais aprofundada sobre o conteúdo das propostas efetivamente aprovadas revela a distância entre o discurso e a prática legislativa.

É bem verdade que o Congresso deu aval, nos últimos anos, à reforma da Previdência, à autonomia do Banco Central e ao novo marco do saneamento, mas a segunda metade do mandato do então presidente Jair Bolsonaro foi marcada por uma profunda reversão nesse movimento. Até propostas pretensamente liberais, como a privatização da Eletrobras, geraram forte alta de despesas para a União, enquanto as frequentes exceções criadas para desviar dos limites do teto de gastos acabaram por desmoralizar o arcabouço fiscal.

Não foi algo pontual. Marcos Lisboa, presidente do Insper e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre 2003 e 2005, e Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper e autor do livro *Por que é Difícil Fazer Reformas Econômicas no Brasil*, já haviam elencado, em um artigo publicado no site *Brazil Journal*, 40 projetos aprovados pelo Legislativo nos últimos dois anos que resultaram em renúncia de receitas e aumento de despesas - todos com apoio do Executivo, explícito ou velado.

A lista evidenciou o quão ciclotímica é a agenda econômica no País. Passado um breve período de lua de mel entre o governo e o Congresso recém-eleitos, ela vive ciclos recorrentes de avanços e retrocessos, descrevem Lisboa e Mendes. "A cada ciclo político

recebemos a herança do que foi construído no governo anterior. Os momentos de crise têm induzido a adoção de medidas que aperfeiçoam as políticas públicas e colaborado para a retomada do crescimento nos anos que se seguem. Superadas as dificuldades mais graves, contudo, a agenda de captura do Estado por grupos de interesse é retomada com vigor, para prejuízo das contas públicas e do crescimento econômico do País", afirmaram.

Os deputados e senadores que acabam de assumir o mandato têm agora a chance de dar fim a esse ciclo e mostrar um renovado entendimento do exercício de seus mandatos. Diferentemente do que fizeram nos últimos anos, é preciso que os parlamentares analisem cada projeto com muita responsabilidade, a partir de um levantamento prévio sobre seus custos e benefícios. O quadro fiscal não deixa dúvidas de que o espaço para criar um novo legado de aumento de gastos no médio e longo prazos está esgotado.

Ciente da polarização que dividiu e ainda divide a sociedade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem feito esforços no fortalecimento das relações institucionais entre os Poderes. O presidente não pode abrir mão da liderança do governo na definição da agenda legislativa, como fez seu antecessor. Por outro lado, em vez de gastar sua governabilidade recém-construída com projetos que fracassaram no passado, precisa aproveitar a janela de oportunidades do primeiro ano de mandato com muito pragmatismo e motivar o Congresso a aprovar a **reforma tributária** e a nova âncora fiscal.

O momento é de reconstrução de pontes entre o Legislativo e o Executivo, mas o País precisa que essas pontes sejam erguidas sobre bases mais modernas. Somente essa união de esforços poderá reverter um cenário que, nos últimos anos, tem variado entre mero desequilíbrio e profundo descalabro fiscal.»

Fiesp prevê queda de 0,5% da produção da indústria em 2023

EDUARDO LAGUNA

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) prevê redução de 0,5% da atividade industrial em 2023, quando a economia deve perder tração no Brasil e no restante do mundo com o efeito das elevações de juros promovidas pelos bancos centrais para derrubar a **inflação**.

A projeção foi anunciada após o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar, na sexta-feira, a contração, a sexta em uma década, de 0,7% da indústria nacional em 2022. O cenário trazido à tona pelos dois levantamentos é de uma indústria estagnada, após retomar a produção a padrões mais ou menos normais, com a pandemia de covid-19 para trás.

O economista-chefe da Fiesp, Igor Rocha, diz que os estímulos fiscais lançados no ano passado, como a ampliação de programas sociais, tiveram efeito limitado diante do ciclo de alta dos juros. "Os efeitos dos estímulos fiscais na atividade se esgotam rapidamente num cenário de juros mais altos", comenta o economista.

Segundo o mapa de calor da Fiesp, 11 de 25 atividades da indústria de transformação terminaram o ano passado mostrando perda de tração, entre eles setores como as indústrias têxtil, metalúrgica e de móveis.

O PESO DO JURO.

Com a tendência de manutenção dos juros altos por período prolongado - talvez até o fim deste ano, segundo previsões de economistas -, a expectativa é de que o setor leve mais tempo para retomar o nível de atividade de antes da pandemia.

Rocha cita incertezas sobre a extensão do aperto dos juros nos Estados Unidos, dado o mercado de trabalho ainda aquecido no país, mas a expectativa atual é de um segundo semestre de melhora nas condições financeiras, que devem ser mais restritivas durante a primeira metade do ano. O quadro da indústria, diz o economista, pode mudar, revertendo a previsão hoje negativa, se a **reforma tributária** for aprovada numa versão ampla, animando os empresários a retomar os investimentos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo dá um tiro no pé com campanha contra o BC (Editorial)

Encabeçado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo faz uma investida sistemática contra a taxa de juros determinada pelo Banco Central e a independência da instituição recentemente consagrada em lei. Os juros reais no Brasil são os mais altos do mundo, o que dá às críticas de Lula a falsa aparência de bom senso e de realismo. Na verdade, o presidente não gosta da independência do BC porque não pode nele influir, caso precise, acha que a meta de **inflação** deveria ser maior e já afirmou que quando Roberto Campos Neto, que comanda o BC, deixar o cargo em dezembro de 2024, as coisas podem ser bem diferentes.

As falas do presidente deram sinal verde a um processo de descrédito do BC que é inútil, prejudicial e caro- os juros de mercado têm subido quando Lula, por exemplo, sequer menciona mais o nome do presidente da instituição e o chama de "esse cidadão". A esperança de consolidação de valorização do real na semana passada, quando a taxa de câmbio por alguns momentos caiu abaixo de R\$ 5, está indo para o espaço com as declarações de Lula sobre metas de **inflação** e autoridade monetária. A apreciação do real é uma ajuda decisiva para derrubar mais a **inflação**.

Lula conhece de longa data o comportamento dos investidores e sabe da importância de suas orientações sobre os preços dos ativos. Tanto que no 22-dia de seu primeiro mandato, em 2003, o BC aumentou os juros de 25% para 25,5% e, na reunião seguinte, para 26,5%. A **inflação** de 2002 foi de 12,53% e a do primeiro ano de governo, 9,3%, para uma Selic média de 23%. O Brasil teve então taxa de juros real semelhante ou maior que a de agora, sob Lula. A variação dos preços era maior, e o aumento da Selic e, poucos meses depois, seu corte foram acertados e limpavam o terreno para o período de crescimento posterior.

As expectativas para o IPCA, no entanto, estão subindo, depois de o índice fechar em 5,79% em 2022. Desde agosto, a Selic está parada em 13,75%. Não é fácil, porém, colar na imagem do presidente do BC a de amigo dos "rentistas". Em agosto de 2020, o Copom diminuiu os juros básicos a 2%, na prática taxa zero ou negativa, e testou, não sem críticas posteriores dos investidores, o limite de baixa a um nível que nenhuma outra autoridade monetária houvera conseguido desde 1997.

No Planalto, confecciona-se a versão de que houve "traição" de Campos Neto quando, logo na reunião do primeiro mês de governo, o Copom acenou com juro alto por mais tempo, tida uma quebra ingrata de "confiança" (Folha de S. Paulo, ontem). Lula esquece que começou a governar antes da posse e conseguiu com a "PEC de Transição" obter R\$ 163 bilhões em gastos sem cobertura para sua gestão, ainda em dezembro. As declarações do presidente e de seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, espalharam a desconfiança de que a dívida pública subirá bastante, elevando juros e **inflação**. O BC soou então o sinal de alerta.

O que quer Lula, afinal? Pelo que tem declarado, quer o crescimento da economia para já, acionando as ferramentas que no passado fizeram isso, mesmo que tenham destruído a expansão depois. Haddad está preocupado com a retração de crédito, consequência óbvia do aperto monetário. Para Lula, o mais importante é que o juro caia e a roda da economia gire mais forte. Não há condições de se fazer isso agora, porque o BC e seu presidente não estão subordinados ao presidente da República. Resta a Lula esbravejar e, talvez, planejar mais gastos que, já se sabe, redundarão em juros mais altos.

O BC independente deve ser julgado pelos resultados que apresenta. A **inflação** brasileira passou mais de 12 meses acima dos 10%. Caiu e, com aperto monetário, programa fiscal consistente e boa **reforma tributária**, a **inflação** cederá mais, ajudada por valorização do real. De nada adianta dizer o que Campos Neto é-bolsonarista, um fato -, mas, sim, o que ele faz. Alan Greenspan era republicano e foi reconduzido por governos democratas. Jerome Powell é um republicano indicado por Donald Trump e reconduzido por Joe Biden. É raro o Federal Reserve ser criticado por suas decisões terem viés partidário.

Pode-se sempre discutir com calma e profundidade a revisão das metas de **inflação**, prós e contras de um BC independente no Brasil, a relação entre a carga de juros e o montante da dívida pública - são temas assíduos de debate global. O que não dá certo, e pode levar a desastres, é o presidente Lula ficar aborrecido com a taxa Selic, achar que é preciso gastar mais já e dissociar ainda mais a política monetária da fiscal. Com isso colherá os resultados que Dilma Rousseff

colheu: um salto da dívida e uma enorme recessão.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Governo dá um tiro no pé com campanha contra o BC

Pazuello, sigilo e PEC (Editorial)

A Controladoria-Geral da União anunciou que irá analisar a quebra de sigilos **impostos** pelo governo Jair Bolsonaro (PL) a 234 processos, entre os quais o que envolve a transgressão disciplinar do general Eduardo Pazuello.

A indicação do oficial, então na ativa, para a pasta da Saúde durante a pandemia de Covid-19 foi um dos casos mais aberrantes da inilitarização da máquina governamental promovida pelo ex-presidente.

Depois de seguidas crises com a cúpula do ministério, o mandatário escalou o general para cumprir suas ordens, que contrariavam, como se sabe, recomendações sanitárias, propagavam mentiras sobre a doença e desacreditavam a eficácia da vacinação.

O indicado não decepcionou seu chefe. "Um manda, outro obedece", declarou Pazuello após ter sido obrigado a cancelar um protocolo de intenção de compra de 46 milhões de doses da vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantã de São Paulo, estado então governado por João Doria.

Após uma sequência de descalabros, o general deixou o Ministério da Saúde sob forte pressão de lideranças do chamado centrão, mas continuou na ativa e a serviço de Bolsonaro. Foi nessa condição que participou de um comício político no Rio de Janeiro em apoio à reeleição do então presidente.

Ao subir no palanque, Pazuello tornou-se alvo de um processo disciplinar do Exército, cujo código de conduta veta a participação de militares da ativa em atos político-partidários. Bolsonaro interveio e levou o Exército a impor sigilo sobre o processo, no qual o aliado escapou de punição.

A possível suspensão do segredo, por constrangedora que seja para setores da cúpula militar, ajudará a esclarecer o episódio, que além de suas particularidades suscita questões relevantes para o bom andamento da democracia.

A presença de militares da ativa em cargos da administração pública é uma insensatez que pode causar danos às Forças Armadas e gerar ruídos desnecessários no sistema democrático. Esta Folha tem defendido restrições legais rígidas a essa participação.

Em 2021, foi apresentada no Congresso uma proposta

de emenda constitucional (PEC) que impede a nomeação de militares da ativa para funções governamentais. Não por acaso apelidada de PEC do Pazuello, a proposta, atualmente parada na Câmara, encontra, com a mudança de governo, condições mais favoráveis para prosperar.

Sua aprovação representaria, sem dúvida, aperfeiçoamento do arcabouço institucional brasileiro.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50179>

Tesouro avalia título para família bancar a faculdade dos filhos

O Tesouro Nacional estuda lançar um título de renda fixa voltado a famílias que planejam investir para bancar os custos dos filhos durante a vida universitária. O movimento representa mais um passo na estratégia do órgão de criar opções para interesses específicos de investidores.

Nesta segunda-feira (30), o órgão lançou o RendA+, título que marca a primeira iniciativa desse tipo e que é voltado a quem quer investir para receber os recursos durante a aposentadoria. O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou em São Paulo que as características do produto recém-lançado são semelhantes ao da proposta para a educação ainda em estudo.

O RandA+ será atrelado à **inflação** mais uma taxa de juros real, garantindo a **manutenção** do poder de compra dos valores investidos ao longo dos anos. O valor mínimo para começar a investir no título é de aproximadamente R\$ 30.

Inicialmente, serão oferecidos ao público oito opções de data de conversão: 2030, 2035, 2040, 2045, 2050, 2055, 2060 e 2065. Os prazos oferecem a possibilidade de investir ao longo de até 40 anos, segundo o Tesouro Nacional.

No caso do título voltado à educação, os recursos poderão ser aportados pelo interessado ao longo dos anos e o resgate, com a devida remuneração do investimento, poderá ocorrer durante um período determinado -como quatro ou cinco anos. O Tesouro ainda está em fase inicial de estudos sobre a proposta e os detalhes ainda não estão fechados.

Nos últimos dias, Ceron também afirmou que o Tesouro se prepara para emissões externas de títulos públicos com a criação de papéis vinculados a compromissos ambientais.

"Caso ela venha a ocorrer este ano, tem um papel importante de sinalizar de que o compromisso ambiental brasileiro está se tornando concreto", disse.

O secretário afirmou que os títulos precisarão ter contrapartidas, com vinculação a projetos verdes, de agricultura sustentável ou transição energética.

O Tesouro anunciou no início de 2021 que estava se

preparando para o lançamento de títulos com o selo ESG (sigla em inglês para ambiente, social e governança), mas não se comprometeu com prazos. Na ocasião, a política ambiental do então presidente Jair Bolsonaro sofria fortes críticas no mundo.

Em 2022, o governo brasileiro não fez nenhuma emissão externa de títulos públicos. A última colocação ocorreu em junho de 2021. Naquele ano, o volume emitido foi de US\$ 2,3 bilhões.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50179&maxTouch=0&_ga=2.145936499.637194752.1675662008-1380897342.1635735907

Discutir meta de inflação não deveria ser tabu (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Em julho de 1996, Janet Yellen, atual secretária do Tesouro norte-americano, então membra votante do Comitê de Política Monetária do Fed (o banco central dos Estados Unidos), enfrentou o todo-poderoso presidente, Alan Greenspan, discordando, veementemente, da ideia que ainda predominava na ortodoxia econômica, de que a taxa ideal de inflação deveria ser zero.

Yellen estava convencida que alguma taxa positiva era necessária, para permitir ajustes de preços relativos, em um mundo onde impera a rigidez para baixo dos salários nominais.

A tese de que a inflação ideal não pode ser zero, ou muito próxima disso, já está cristalizada na teoria econômica. Além de facilitar o ajuste de preços relativos, minimiza-se o risco de deflação, situação muito mais difícil de lidar do que a inflação.

Mas a inflação distorce a alocação eficiente de recursos e reduz o crescimento. Ao aumentar a volatilidade e a imprevisibilidade na economia, inibe os investimentos. E gera efeitos distributivos perversos, prejudicando principalmente os mais pobres, pois estes não têm acesso a instrumentos financeiros que os protejam da corrosão do seu poder de compra.

Taxas elevadas de inflação tendem também a gerar inércia e indexação, e isso aumenta o custo da desinflação.

Se não pode ser muito próxima de zero e tampouco muito alta, qual então a taxa ideal de inflação a ser perseguida pelos bancos centrais? Essa resposta não é simples e depende das condições estruturais de cada país.

Já em 2010, economistas renomados, como Olivier Blanchard, defenderam que o ideal para os Estados Unidos seria algo mais próximo de 4% do que 2%, meta implicitamente adotada pelo Fed. Blanchard voltou recentemente ao tema, agora defendendo 3% como meta ideal. Muitos outros economistas de peso, como Paul Krugman (Prêmio Nobel de Economia de

2008), juntaram-se a ele.

Pesquisas atuais mostram que a inflação é mais prejudicial quando as pessoas se preocupam com ela e passam a incluir as expectativas inflacionárias nas suas decisões econômicas.

Modelos que relacionam o número de pesquisas no Google da palavra inflação com o seu nível efetivamente observado levaram Blanchard e outros a estimarem a meta ideal, para os Estados Unidos, em 3%.

Na MCM, repetimos para o Brasil o exercício de Blanchard, com algumas modificações metodológicas, e chegamos a 3,7%. Mas, dado que países endividados só conseguem taxas de inflação muito baixas quando reduzem suas dívidas mediante políticas fiscais austeras, uma meta de 4% parece mais realista e crível do que 3% para nosso país.

Infelizmente, o presidente Lula da Silva, no seu mundo maniqueísta de rentistas contra pobres, colocou essa questão de forma inadequada. Ficou mais difícil para o Conselho Monetário Nacional elevar a meta na sua próxima reunião.

Mas o tema precisa ser debatido fora do campo ideológico.

Não pode ser tabu.

Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Perda de ICMS faz Estados acenderem alerta

Marta Watanabe De São Paulo

As mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em combustíveis, energia e telecomunicações reduziram a arrecadação própria dos Estados em 2022, enquanto as despesas de pessoal, o mais importante gasto corrente dos governos estaduais, avançaram. Incertezas sobre o imposto devem afetar a arrecadação do principal tributo estadual ainda este ano e fazem os governadores buscarem alternativas de recomposição de receitas. No radar de quem observa essas contas, começa a surgir preocupação em relação à situação fiscal dos Estados.

Arrecadacorrentedos26Estados e Distrito Federal alcançou no ano passado R\$ 1,15 trilhão, com alta de 2,3% reais - descontada a **inflação** - em relação a 2021. A variação no campo positivo foi possibilitada pelas transferências correntes, que avançaram 13,8% e representaram um quarto da receita corrente. Arrecadação própria, porém, dada pela receita com **impostos**, taxas e contribuições de melhoria, responsável por 59,1% da receita corrente, caiu 4,7% em termos reais.

O desempenho foi afetado principalmente pelo ICMS, que responde por 76,4% da receita tributária própria do conjunto dos Estados, cuja arrecadação recuou 7,9%. Sempre contra 2021, em termos reais. A evolução do ICMS em 2022 contrasta com a do ano anterior, quando a receita com o imposto avançou 15,2%.

Do lado do gasto, a situação também não foi muito favorável aos Estados. As despesas correntes estaduais avançaram 2,2% em termos reais, puxadas por alta de 5,8% em pessoal e encargos sociais. Esse item representa 55,6% das despesas correntes. Em 2021 havia caído 3,7%. Na conta de despesas de capital, os investimentos avançaram 37,7% em 2022, numa base relativamente alta de comparação. Em 2021 avançaram 86% contra o ano anterior, sempre em termos reais.

Os dados foram levantados pelo Valor com base nos relatórios entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional, considerando receitas realizadas e despesas empenhadas. As atualizações são pela variação média do IPCA.

Os dados dos relatórios, diz Juliana Damasceno, economista da Tendências, mostram de forma clara os

impactos das mudanças de ICMS impostas aos Estados por meio da Lei Complementar (LC) 192/22 e da LC 194/22. O repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE) - que compõem as receitas de transferências correntes -, destaca, contrabalançou um pouco o efeito da redução de ICMS, como reflexo do bom desempenho de arrecadação do Imposto de Renda (IR) pelo governo federal, em razão do resultado de empresas ligadas a commodities.

O efeito das duas leis fica mais claro quando se olha a evolução dos dados no decorrer do ano passado, ressalta. Segundo os relatórios, a receita corrente agregada dos Estados subiu 7,3% no primeiro semestre do ano passado contra igual período de 2021, com estabilidade - alta de 0,1% - na arrecadação tributária própria e queda de 0,6% na receita de ICMS. Na segunda metade do ano passado, porém, a variação da receita corrente foi para o campo negativo, com recuo de 2,1%. A receita de ICMS amargou perda de 14,1% e a arrecadação de **tributos** caiu 9,3%.

A queda no ICMS no segundo semestre foi generalizada, diz Juliana, com recuo em 24 dos 27 entes e estabilidade nos demais. Em 16 Estados a queda ultrapassou os 10%. "O movimento mostra o forte impacto sobre as blue chips da arrecadação [energia, combustíveis e telecomunicações], que sustentam a receita própria dos Estados." Ela lembra que os Estados são responsáveis por boa parte da prestação de serviços em saúde, educação e segurança, áreas que demandam grande capital humano.

São áreas que devem pressionar a despesa de pessoal, diz, num momento em que os Estados tiveram suas receitas "minoradas de forma permanente". Juliana ressalta que para 2023 se espera normalização de fatores atípicos que favoreceram mais a arrecadação até meados de 2022. Além da alta das commodities, a **inflação** e a retomada após o período mais agudo da pandemia, exemplifica.

Para Juliana, os Estados deverão reagir a esse quadro. Parte disso já foi feita com aumento da alíquota modal de ICMS em pelo menos 12 Estados. A reação vem num momento, aponta, que a União tem restrições para socorrer, em boa parte pela dificuldade fiscal.

Os dados levantados pelo Valor mostram que a

despesa com pessoal ganhou ritmo maior na segunda metade de 2022. Enquanto essas despesas cresceram 4,5% de janeiro a junho, no segundo semestre avançaram 7,1%. Represados pela Lei Complementar 173/ 2020, que restringiu reajustes e contratações até o fim de 2021, os gastos de pessoal recuaram 4,8% e 2,2% no primeiro e segundo semestres de 2021, respectivamente, sempre em termos reais, contra mesmos períodos do ano anterior.

George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, explica que, em razão das restrições eleitorais, os reajustes do setor público foram concedidos em 2022 até abril. O efeito mais cheio dos aumentos aconteceu, portanto, no segundo semestre do ano passado.

"E a despesa de pessoal vai continuar avançando em 2023", avalia Renê Garcia Junior, secretário de Fazenda do Paraná. Além de demandas por novos aumentos, em razão do longo período anterior sem reajustes e da **inflação** ainda alta, há a pressão de novos pisos para categorias importantes.

Do lado das receitas, diz Garcia, ainda há definições importantes a serem discutidas no decorrer de 2023. Os Estados defendem a reinclusão das tarifas TUSD e TUST - encargos sobre a distribuição (TUSD) e transmissão de energia (TUST) - na base para o cálculo do ICMS da energia elétrica e a classificação da gasolina como item não essencial.

Ao definir como essenciais energia, combustíveis e telecomunicações, a LC 194/22 limitou o ICMS sobre esses itens à alíquota-padrão de cada Estado. São definições, diz, "sujeitas a chuvas e trovoadas".

Mesmo que resolvidas no decorrer deste ano, acrescenta, não deverão ter efeitos na receita de 2023.

Para Garcia, será "impossível" a recuperação de receitas neste ano ao nível de 2022. O Paraná, diz, elevou a alíquota modal de ICMS de 18% para 19%, mas mesmo assim a estimativa é de perda de R\$ 7 bilhões em relação a 2022. "O ajuste será feito do lado das despesas", diz. Ele ressalta, porém, que este ano os Estados ainda enfrentarão o impacto da **inflação** no custeio e nos insumos para investimentos.

Em razão de base de comparação mais alta, ressalta Santoro, os dados dos Estados deverão mostrar arrecadação em queda ao menos nos primeiros meses do ano.

Em Alagoas, diz, houve redução de 20% na receita de ICMS de energia, telecomunicações e combustíveis em janeiro, contra igual mês de 2022. O recuo nominal na arrecadação total do imposto, porém, foi de 3,7%.

Segundo ele, a perda não foi pior porque o turismo ajudou.

O quadro para 2023, porém, diz, será desafiador. "Os Estados vão começar 2023 com menos dinheiro em caixa e menos receita, o que tende a estressar um pouco a melhora fiscal conseguida a partir de 2020. Os Estados terão que fazer ajustes." Em Alagoas, uma das medidas para recomposição de receita foi o aumento da alíquota modal de ICMS de 17% para 19%.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187452?page=1§ion=1>

Da bonança à tempestade

Valores de contas selecionados do conjunto dos Estados*

	Valores (em R\$ bilhões)			Variações (%)**							
	2022	1º Sem./22	2º Sem./22	21/20	22/21	1º Sem.21/20	1º Sem.22/21	2º Sem.21/20	2º Sem.22/21		
Receitas correntes	1.150,4	573,9	576,5	9,9	2,3	12,7	7,3	7,3	-2,1		
Arrecadação	680,2	347,8	332,4	12,4	-4,7	16,7	0,1	8,5	-9,3		
ICMS	519,7	262,3	257,4	15,2	-7,9	19,5	-0,6	11,4	-14,1		
Transferências correntes	282,9	140,8	142,1	-7,1	13,8	4,0	13,6	-16,1	14,0		
Despesas correntes	989,0	537,9	451,1	4,5	2,2	0,7	4,9	9,4	-1,1		
Gastos pessoal e encargos	549,9	290,6	259,3	-3,7	5,8	-4,8	4,5	-2,2	7,1		
Investimentos	113,8	60,9	52,9	86,0	37,7	22,0	152,1	135,1	-8,6		

Fonte: STN/Siconfi, com elaboração do Valor. Dados coletados em 02/02/2023. *Consideraram-se receitas realizadas e despesas empenhadas. **Variações consideraram média do IPCA de cada período

Regras fiscais: de onde vieram, para onde vamos? (Artigo)



Por Fábio Terra

As regras são um número, como meta ou limite, que a política fiscal seguirá para a receita, gasto, resultado ou dívida - ou para uma combinação destas variáveis. A regra fortalece as finanças públicas e facilita o alcance dos objetivos da política fiscal, pois dá transparência e respeito ao recurso público e constrói confiança na autoridade fiscal.

De onde vieram as regras? Como conhecidas hoje, elas vieram nos anos 1980, por razões práticas e teóricas. Na prática, autoridades notaram que elas ajudavam a condução da política fiscal. No campo teórico, o mainstream econômico desenvolvia a hipótese dos incentivos aos governantes realizarem gastos públicos para fins populistas de curto prazo. Para evitar o populismo, se deveria reduzir a capacidade de os governantes usarem a política fiscal discricionariamente. Regras serviriam a tal fim.

Registre-se que ainda nos anos 1940, Keynes apresentara um arcabouço fiscal. Seu ponto era: o futuro é incerto. Se a política fiscal não deixar claro qual caminho seguirá e nem como o seguirá, ela trará mais incerteza ao já incerto futuro. Política fiscal casuística inflige desconfiança à política fiscal, sobe os juros da dívida pública e faz os agentes não acompanharem as intenções do governo. O resultado é desânimo empresarial e menor investimento privado.

Porém Keynes sabia que a economia é lábil demais para suportar regras rígidas. Enquanto a hipótese do incentivo ao populismo fez o mainstream sugerir regra fiscal quanto mais restritiva melhor, Keynes, por décadas assessor do Tesouro Britânico, inclusive durante a Segunda Guerra Mundial, propôs orçamento equilibrado, mas com investimentos públicos contracíclicos ao ritmo do investimento privado. Junto com isso, Keynes requeria a melhor condução possível das expectativas privadas.

Hoje mais de 100 países usam regra fiscal. Predomina a combinação de regras de resultado e dívida, seguida de regras de gasto e dívida. A lógica: a regra de resultado ou gasto é a variável operacional que leva a algum patamar de dívida, assim tida como âncora fiscal. Embora com problemas, dívida é âncora pois ao final seu nível sintetiza como foram os fluxos fiscais.

No Brasil há 12 regras fiscais. A mais notável é o Teto de Gastos que acabou tomado como a âncora fiscal do país. Contudo, por ser tão restritivo, o Teto mostrou-se inexecutável e acabou descumprido por necessidade, como na pandemia em 2020, ou populismo, como com a PEC Kamikaze em 2022.

Aprovada ao fim de 2022, a "PEC da Transição" exigiu a apresentação de nova regra fiscal. Para onde vamos?

A melhor opção é adotar uma regra de gasto com aumento real da despesa primária, cujo indexador precisa ser bem definido. Dentre suas vantagens, a regra de gasto é simples, de fácil entendimento, o governo tem amplo controle sobre o gasto e ter-se aumento real do gasto faz a regra contracíclica em recessão, pois a despesa pública cresce enquanto o gasto privado se reduz.

Caso não se escolha regra de gasto, outra opção é a regra de resultado primário estrutural, em que a meta se ajusta ao ciclo. O resultado estrutural busca arrefecer o impacto do ciclo econômico na receita pública, variável muito ligada à dinâmica econômica e sobre a qual o governo tem pouco controle. Entretanto, mesmo no resultado estrutural resta influência da atividade econômica sobre a receita, o que condiciona como o governo alcança a meta; isso faz o resultado estrutural mais pró-cíclico que a regra de gasto. Aliás, resultado estrutural depende de estimações e é regra

de difícil compreensão pública.

Se escolhida, a regra de gasto precisa mirar uma meta de dívida pública sustentável, realista e condizente com a estrutura e a conjuntura econômicas do país. A regra de gasto será a variável operacional da política fiscal. O patamar de dívida será a âncora fiscal, o ponto de chegada da política fiscal. Maneja-se o gasto para se chegar ao nível de dívida.

Três ressalvas específicas para a regra de dívida.

1) Embora a meta de gasto seja a mesma todo ano, a de dívida precisa ter horizonte de médio prazo, talvez coincidente com o mandato presidencial. Podem-se informar patamares anuais como tendência esperada da dívida, mas o ponto de chegada contratado com a sociedade precisa ser de médio prazo, evitando-se choques de consolidação fiscal.

2) Importa mais a dívida ser sustentável do que baixa. A dívida precisa caber na capacidade e na disposição privada de financiá-la, algo que muda no tempo em parte por conta da condução de expectativas que as regras e a autoridade fiscal fazem. De nada adianta propor patamar inexecutável de dívida; isso só acometerá a política fiscal.

3) É melhor uma meta não vinculante de dívida. Meta não vinculante significa que a meta de dívida é a referência buscada, todavia se o alvo for ultrapassado por alguma causa justificável, não são ligados mecanismos de reenquadramento incisivos; como exemplo, tenha-se a meta de **inflação**. Três razões justificam este importante ponto.

A dívida é afetada por riscos alheios à política fiscal (como os de decisões judiciais) e, principalmente, por políticas além da fiscal, como a monetária e a cambial. Mesmo a dívida líquida, que separa melhor estas três políticas no estoque da dívida, é afetada por fluxos monetários e cambiais, pois o resultado nominal, que movimenta a dívida líquida, considera os juros nominais pagos pelo BC. Ademais, é usual o custo médio da dívida seguir a Selic, que é marcada pela política monetária do BC.

Se fatores alheios ao fiscal fizerem a dívida bater a meta, haverá custo político de a alterar. Este custo pode ser reduzido no desenho da regra. Mesmo assim haverá ônus, haja vista o que ocorre recorrentemente nos EUA. Logo, problemas podem se dar sobre o fiscal, sem que ele fosse responsável por criá-los.

Políticas de administração de dívida, que tentam mudar seu perfil em termos de prazo e indexador, podem ser inviabilizadas com regra vinculante de dívida. Neste particular, deve-se entender que dívida

não é somente meio de financiamento do governo, mas é também instrumento de política econômica.

Há como se ter enforcement de meta não vinculante. Pode-se colocar ônus argumentativo ao ministro da Fazenda em sabatinas no Congresso e ele socialmente terá custo reputacional se não alcançar a meta. Por sua vez, o TCU exercerá controle externo. Por fim, não se pode esquecer que haverá regra de gasto em vigor.

Enfim, é preciso se ter regra fiscal simples, transparente, exequível, fora da Constituição e que dê tratamento especial ao investimento público. Junto com a regra, governança fiscal, como revisão de gastos e forward guidance fiscal, tem papel a cumprir. É ainda crucial que o novo arcabouço fiscal traga nova estrutura tributária. Ajuste fiscal apenas via despesa primária atinge sobretudo quem precisa de serviço público, o que não é pouca gente num país desigual e pobre como o Brasil.

Ajuste fiscal apenas via despesa primária atinge mais quem precisa de serviço público, o que não é pouca gente